

Nietzsche: Vontade de Poder, Perspectivismo e a Questão da Pluralidade em Educação

Vicente Zatti ¹

RESUMO

Nietzsche faz uma crítica profunda ao pensamento metafísico, abalando o conceito tradicional de verdade. O pensador alemão demonstra que os conhecimentos científicos e os valores morais não são resultado de normas objetivas estabelecidas *a priori* por um transcendental, são resultado de processos históricos pelos quais os homens, na busca de afirmar sua vontade de poder, estabeleceram suas perspectivas como as verdadeiras. Dessa forma, desconstrói a visão unitária estabelecida pela metafísica, o que possibilita o olhar para a heterogeneidade da vida, trazendo à tona questões referentes à pluralidade e à diferença. Nesse contexto, a inclusão adquire importância em educação e surge como uma questão de aprendizado histórico.

PALAVRAS-CHAVE

Filosofia da Educação. Vontade de Poder. Perspectivismo. Pluralidade. Inclusão.

ABSTRACT

Nietzsche makes a profound criticism of the metaphysical thought, shaking the traditional concept of truth. This German thinker shows that scientific knowledge and moral values are not the result of objective rulings established *a priori* by a transcendent entity; they are the result of historical processes through which men, searching to affirm their will for power, have established their own perspectives as truthful. Thus, Nietzsche deconstructs the unitary vision established by metaphysics, making for a look at the heterogeneity of life, bringing forth questions about plurality and

differences. In this context, inclusion becomes important in education, and emerges as a matter of historical learning.

KEYWORDS

Philosophy of Education. Will for Power. Perspectivism. Plurality. Inclusion.

O pensamento filosófico apresenta tradicionalmente as construções éticas como reflexões sobre o agir humano em busca de um elemento último como seu definidor, procura estabelecer máximas universais e validade incondicional. O projeto pedagógico moderno traz uma proposta educacional como uma ética aplicada, baseando-se na metafísica, aspira à universalidade e pressupõe a idéia de aperfeiçoamento moral. Dessa forma, questões referentes à pluralidade na educação não eram pensadas, e a metafísica fundamentava o modo de pensar filosófico-pedagógico.

Nietzsche, com sua desconstrução, mostra os fundamentos não-rationais da razão metafísica. Para ele, o sentido da vida, da história e os valores morais não se estabelecem por um supra-sensível, por um *a priori*. “Não há assim um poder transcendental que dê sentido à vida, nem a religião, nem a moral legitimada pelo supra-sensível, pelo *a priori*, pelo princípio causal” (HERMANN, 2001, p. 71). Tanto o conhecimento quanto a moral são tentativas do homem em impor ordem ao mundo. A força da qual deriva tanto a capacidade de conhecer quanto a capacidade de produzir valores é a

¹ Graduado em Filosofia pela FAFIMC. Mestre em Educação pela UFRGS. Professor de História da Rede Municipal de Novo Hamburgo/RS.

vontade de poder. Por isso, analisaremos o conceito de vontade de poder em Nietzsche e como a partir daí se estabelecem a moral e o conhecimento como perspectivas humanas.

Nietzsche utiliza a vontade de poder como uma chave geral para entender os processos da vida. Isso, entre outras obras, aparece em *Assim falou Zaratustra*: “onde encontrei vida, ali encontrei vontade de potência, e até mesmo na vontade daquele que serve encontrei vontade de ser senhor” (NIETZSCHE, 1996a, p. 222). A vontade de poder está em obra em todo vivente. Os seres vivos não procuram apenas se manterem vivos, querem dar vazão à sua força. “Os fisiólogos deveriam refletir antes de estabelecer o impulso de autoconservação como o impulso cardinal de um ser orgânico uma criatura viva quer antes de tudo dar vazão a sua força – a própria vida é vontade de poder: a autoconservação é apenas uma das indiretas, mais freqüentes conseqüências disso” (NIETZSCHE, 2005, p. 19). Na vontade de poder, se encontra a explicação para a geração, nutrição, para o estabelecimento do bem e do mal. Essa chave da existência compreende também a atividade racional, que se estabelece a partir da necessidade de autoconservação. “O mundo visto de dentro, o mundo definido e designado conforme o seu caráter inteligível – seja justamente vontade de poder e nada mais” (idem, p. 40).

Mas a vontade de poder não é uma força absoluta que a tudo domina, não é um princípio universal. Ela é uma força operante em todo o acontecer e é composta por uma pluralidade de forças. Segundo Müller-Lauter (1997), a vontade de poder é a multiplicidade das forças em combate umas com as outras. Nietzsche enxergou que o poder não é algo substancial, mas relacional. É o jogo e o contrajogo dessa multiplicidade de forças. As unidades de poder são mutáveis, a unidade é apenas organização, sob a ascendência transitória de vontades de poder dominantes. Dessa forma: “A unidade de formação de domínio, nas quais está inserida a multiplicidade de quanta de força, não tem nenhum ser”. (MÜLLER-LAUTER, 1997, p. 75). Para Nietzsche a unidade é uma tentativa de nosso intelecto para compreender e simplificar a realidade, o que leva ao engano e à ilusão. “De fato, nada até agora teve mais ingênua força persuasiva do que o erro do ser...” (NIETZSCHE, 1996b, p. 375). Por isso, na tentativa de auto-afirmação, de criar, de querer mais, a vontade de poder cria um número infinito de verdades.

Da mesma forma que, para Nietzsche, a unidade só é unidade como organização, o todo não pode ser um mundo unitário. Isso porque essa unidade teria que pertencer a um incondicionado e “não se poderia deixar de tomá-lo como instância suprema e batizá-lo Deus” (MÜLLER-LAUTER, 1997, p. 103). Incorreríamos, então, em preconceito metafísico. Dessa forma, o mundo não está enraizado na vontade de poder como um fundamento do ser. Quando Nietzsche fala de mundo não o entende como unidade e, sim, como unidade de organização, mas não há nenhuma força fundamental organizando o mundo num todo. O mundo, então, é o

caos das organizações de poder se alternando permanentemente.

Nietzsche refuta a existência de conhecimentos profundos no sentido metafísico; para ele, o conhecimento é uma força de superfície. Isso porque o conhecer se faz por meio de conceitos e, assim sendo, o pensar é um denominar, o que decorre do arbítrio do homem e não provém de nenhuma essência. Os conceitos surgem a partir da diferenciação. Comparando os diferentes, o homem coloca semelhanças e, com elas, formula os conceitos. Esse processo é arbitrário, é o ser humano que confere um sentido ao acontecimento, domina-o, coloca-o numa forma adequada a si próprio. “Portanto, conhecer é um processo de poder no qual estão forças criativas, um processo que culmina em figuras e idéias acabadas, poderosas, vitais. O que afirma dessa maneira então é chamado de verdade. Nesse processo a verdade é um poder que se torna verdadeira na medida em que se impõe” (SAFRANSKI, 2002, p. 262-263). A ordem, a clareza, o caráter sistemático não são necessariamente inerentes às coisas em si. Elas são colocadas pelo intelecto nas coisas para que elas possam ser compreendidas. Por isso os acontecimentos têm para o homem um caráter interpretativo. O interpretador agrupa fenômenos selecionados e reunidos. Então ocorre uma antropomorfização, introdução de nossos modos de avaliar e compreender nos acontecimentos. “Introduzimos os nossos valores dentro das coisas como interpretação. Todo sentido é vontade de poderio” (MARQUES, 1989, p. 87).

Se as verdades não são dadas a nós a priori e, sim, criadas por nós, elas são, portanto, interpretações que fazemos da realidade, são perspectivas em meio a inúmeras outras. O critério de verdade deixa de ser universal e passa a ser condicionado ao poder que a interpretação possui para se estabelecer. “O que é verdade, portanto? Um batalhão móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismos..., após longo uso, aparecem a um povo sólidas, canônicas e obrigatórias: as verdades são ilusões...” (NIETZSCHE, 1996c, p. 57). Verdades são ficcionais, são ficções úteis a serviço da autoconservação e servem para a afirmação da vontade de poder. A lógica é um exemplo de criação feita por abstração e simplificação pelo homem. “A lógica fornece o modelo de uma ficção completa. Proceda-se aqui a invenção de uma maneira de pensar em que um pensamento é posto como causa de outro pensamento” (MARQUES, 1989, p. 79). O pensamento lógico ou qualquer espécie de conhecimento consiste na introdução de ficções completas como modelos com que pensamos os processos mentais de uma maneira mais simples do que acontece na realidade. Mas é devido a essa simplificação que o pensamento se torna captável por sinais, perceptível e comunicável. Essa simplificação dá a falsa idéia de analogia e identidade. Por isso o conhecimento é a falsificação do heterogêneo e do imensurável a tal ponto de torná-los idênticos, análogos, mensuráveis. No entanto, é justamente essa falsificação que torna possível a vida. “A vida, por conseguinte, só é possível em virtude de um tal aparelho de falsificação. Pensar é um transformar falsificado, sentir é um

transformar falsificado, querer é um transformar falsificado” (idem, p. 80). O fato de ser condição da vida não elimina o caráter fictício. Isso ocorre porque aquilo que, para uma perspectiva, é insuportável, para outras é adequado.

Portanto, conhecer foi uma forma que nossa espécie encontrou para afirmar sua vontade de poder, já que não possuía chifres ou presas para tal. Dessa forma, a verdade perde seu *status* tradicional. Passa a ser resultado de uma designação da realidade como metáfora, em que o homem na tentativa de afirmar sua vontade de poder, produz tais verdades. “A nossa capacidade de produzir verdades não passa de impulso do intelecto, como uma ramificação da vontade de potência. O mundo inteligível e suas verdades são produzidas por essa vontade” (HERMANN, 2001, p. 78). No entanto, penso que a teoria nietzschiana não suprime o conceito de verdade. O filósofo, ao desenvolver sua teoria, ao colocar sua perspectiva, possui a pretensão de que ela encerre em si alguma verdade. Por isso, Nietzsche abre espaço para a aceitação da pluralidade, das diferenças, mas não necessariamente nos leva ao relativismo, caminho adotado por muitos de seus estudiosos.

Nietzsche exclui a validade incondicional de uma construção que impõe o conhecer e o agir como fundamento absoluto e vai falar que o único fundamento é o ato de fundar, impor, valorar, ato criativo que aprecia ou deprecia. Esse ato criativo é uma forma de interpretação que impõe sua perspectiva também no campo moral. “A interpretação instituidora de novos valores, por parte dos futuros poderosos só pode ser, do mesmo modo, perspectivas” (MÜLLER-LAUTER, 1997, p. 132). Na Genealogia da Moral, Nietzsche procura mostrar que os conceitos de bom e mau não são conceitos que se estabelecem de acordo com uma razão prática universal. Esses conceitos são expressões do modo de ser daqueles que avaliam. Quem avalia estabelece um valor, portanto, não há fato moral e, sim, uma interpretação moral. Para Nietzsche, o conceito 'bom' inicialmente foi estabelecido pelos mais fortes: “Foram os bons mesmos, isto é, os nobres poderosos, superiores em posição e pensamento, que sentiram e estabeleceram a si e a seus atos como bons, ou seja, de primeira ordem, em oposição a tudo que era baixo, de pensamento baixo, e vulgar e plebeu” (NIETZSCHE, 1998, p. 19). Então, os mais fortes, que tiveram condições de afirmar sua vontade de poder fizeram valer sua interpretação e estabeleceram como bons seus próprios atos e pensamentos. Já os “plebeus”, que tinham menos força de afirmação, tiveram seu modo de vida posto como sinônimo de ruim. A origem do conceito de ruim está próxima a comum, a baixo. Bom era a afirmação da aristocracia, do mais nobre, do guerreiro mais forte.

Enquanto os juízos de valor cavalheiresco-aristocráticos valorizavam a guerra, a aventura, a caça, a dança, o vigor físico, o modo de valoração nobre-sacerdotal estabelecia seus valores a partir de sua impotência. “Na sua impotência, o ódio toma proporções

monstruosas e sinistras, torna-se a coisa mais espiritual e venenosa” (idem, p. 25). Para Nietzsche, a vingança sacerdotal gerou a inversão dos valores aristocráticos e estabeleceu que bons seriam os pobres, impotentes, sofrendores, necessitados, feios, doentes. Para esses últimos, caberia toda bem-aventurança e, para os nobres e poderosos, a desventura, o castigo eterno. Essa 'revolta de escravos', como fala Nietzsche, perpassa o pensamento judaico-cristão.

“A rebelião escrava na moral começa quando o próprio ressentimento se torna criador e gera valores: o ressentimento dos seres aos quais é negada a verdadeira reação, a dos atos, e que apenas por uma vingança imaginária obtêm reparação” (ibidem, p. 28-29). Foram esses homens ressentidos que estabeleceram o conceito de 'mau' para seu inimigo, o homem nobre. Nota-se que o homem nobre se estabelece como bom e cria o conceito de ruim para aquilo que é diferente e inferior. Já os ressentidos atribuem a seu inimigo o conceito de mau. Então, com a rebelião escrava, ocorre uma transvaloração que cria novo sentido aos valores. O 'bom' da moral do nobre se torna o 'mau' e o 'ruim' se torna o 'bom'. Segundo a teoria de Nietzsche, a impotência dos fracos em reagir contra o inimigo fez a vingança tomar roupagem de virtude que cala, renuncia, espera e remete a vingança a Deus e a um reino imaginário, o Reino dos Céus. Isso também é fruto do instinto de autoconservação, auto-afirmação, é uma tentativa doente de exercício de poder. Com isso, o autor não pretende justificar qualquer poder aristocrático, mas demonstrar a origem histórica de uma moral que era dita universal. Assim, Nietzsche mostra os fundamentos não-morais da moral. Eles são resultado das relações de luta e de força. Não há moral como atributo da natureza humana, moralidade a *priori*. “Para os genealogistas da moral, nos moldes de Nietzsche, entretanto, ela se revela apenas como uma espécie de moral humana entre inúmeras outras possíveis, ou que deveriam sê-lo” (GIACOIA-JUNIOR, 2005, p. 38).

Como Nietzsche percebeu as dificuldades de fundamentação metafísica da moral e do conhecimento, buscou sua origem e a encontrou na vontade de poder. “A capacidade de conhecer e produzir valores deriva da vontade de potência. Na vida, a vontade de potência, de auto-afirmação se manifesta em todos seus movimentos instintivos. Quando o homem entra em contato com algo, ele o faz para conservar-se, e disso resulta a pluralidade de forças, perspectivas que lutam pelo poder” (HERMANN, 2001, p. 71). Não havendo uma compreensão de mundo como unidade da forma, como pretendia a metafísica, abre-se a possibilidade para várias interpretações, para as perspectivas, para a pluralidade, para as diferenças.

Com Nietzsche tem início a desconstrução, pela crítica à moralidade e ao conhecimento, dos nossos profundos hábitos mentais e pressupostos metafísicos. Ele põe em suspeita a tradição e a educação que pretendam ter universalidade ética e levar ao aperfeiçoamento moral. Sendo o sujeito constituído por relações de poder e não por normas objetivas, não

havendo um mundo em si, não havendo um absoluto (Deus) que garanta a universalidade, só o sujeito pode constituir-se e constituir o mundo como forma de autoconservação e expressão de sua vontade de poder. Nietzsche demonstra a origem histórica da moral e do conhecimento, demonstra como cada perspectiva se coloca como verdade de acordo com o poder que possui para se estabelecer como tal, com isso, o autor abala o conceito de verdade e a visão unitária da metafísica, em favor das questões referentes à pluralidade.

Quando não se pensa a educação tendo por base uma visão unitária metafísica, abre-se espaço para pensarmos a educação a partir de e para alunos reais, alunos plurais, que são diferentes uns dos outros. Nesse caso, em vez de buscar realizar modelos idealizados, a educação se torna a arte de desenvolver em cada um o seu melhor. Como nos diz Larrosa (2002, p. 45): "Chega a ser o que és! Talvez a arte da educação não seja outrora senão a arte de fazer com que cada um torne-se em si mesmo, até sua própria altura, até o melhor de suas possibilidades". Isso ocasiona uma verdadeira revolução no pensar a educação, pois abre espaço para alunos que antes eram excluídos das escolas, ou seja, abre espaço para a inclusão.

Mas o pensamento nietzschiano, que nos ensina o quanto a vida é marcada pela pluralidade e, por consequência, nos fornece respaldo teórico para pensarmos sociedades e escolas inclusivas, nos alerta para que a inclusão não seja tratada como questão metafísica, como se houvesse um modelo verdadeiro para que ela ocorresse. Por isso, é fundamental considerarmos as experiências inclusivas que são vividas diariamente nas escolas e na sociedade, bem como aquilo que as pessoas envolvidas nessas experiências têm a dizer. A inclusão e a forma como ela é realizada precisam ser constantemente discutidas e reinventadas. A inclusão é uma questão de aprendizado histórico.

REFERÊNCIAS

- GIACOIA JUNIOR, Oswaldo. **Sonhos e pesadelos da Razão esclarecida: Nietzsche e a modernidade**. Passo Fundo: Editora UPF, 2005.
- HERMANN, Nadja. **Pluralidade ética em Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LARROSA, Jorge. **Nietzsche & a Educação**. Trad. Alfredo Veiga Neto. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- MARQUES, António. **Sujeito e perspectivismo: seleção de textos de Nietzsche sobre teoria do conhecimento**. Lisboa: Dom Quixote, 1989.
- MÜLLER-LAUTER, Wolfgang. **A doutrina da vontade de poder em Nietzsche**. Trad. Oswaldo Giacoia Junior. São Paulo: Annablume, 1997.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- _____. **Assim falou Zaratustra. Um livro para todos e para ninguém**. In: Os Pensadores. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Nova Cultural, 1996a.
- _____. **Crepúsculo dos ídolos ou como filosofar com o martelo**. In: Os Pensadores. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Nova Cultural, 1996b.
- _____. **Genealogia da Moral: uma polêmica**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. **Sobre Verdade e Mentira no sentido extra-moral**. In: Os Pensadores. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Nova Cultural, 1996c.
- SAFRANSKI, Rüdigger. **Nietzsche: biografia de uma tragédia**. Trad. Lya Luft. 2ª ed. São Paulo: Geração Editorial, 2002.